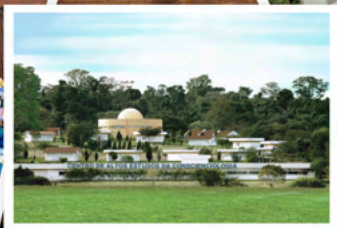


Milena Mascarenhas

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

(Organizadores)



# Lugares de Memória

Atena  
Editora

Ano 2022

Milena Mascarenhas

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

(Organizadores)



# Lugares de Memória

Atena  
Editora

Ano 2022



**Editora chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Editora executiva**

Natalia Oliveira

**Assistente editorial**

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecária**

Janaina Ramos

**Projeto gráfico**

Bruno Oliveira

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

**Imagens da capa**

iStock

CEAEC

Mac Donald Ferandes Bernal

Paola Stefanutti

Solange da Silva Portz

Alexandre Marchetti/Itaipu Binacional

**Edição de arte**

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.



## Conselho Editorial

### Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso  
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>o</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



**Diagramação:** Natália Sandrini de Azevedo  
**Correção:** Maiara Ferreira  
**Indexação:** Amanda Kelly da Costa Veiga  
**Revisão:** Os autores  
**Organizadores:** Milena Mascarenhas  
Solange da Silva Portz  
Valdir Gregory

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

L951 Lugares de memória / Organizadores Milena Mascarenhas, Solange da Silva Portz, Valdir Gregory. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-258-0167-4  
DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.674221104>

1. Histórias de lugares e tempos. I. Mascarenhas, Milena (Organizadora). II. Portz, Solange da Silva (Organizadora). III. Gregory, Valdir (Organizador). IV. Título.  
CDD 398.23

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

**Atena Editora**  
Ponta Grossa – Paraná – Brasil  
Telefone: +55 (42) 3323-5493  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)



## DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



## DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





## APRESENTAÇÃO

Este livro foi concebido e construído com a finalidade de discutir *Lugares de Memória*, e aborda aspectos relacionados à memória em contexto de fronteiras, organizado e estruturado em oito capítulos. Os capítulos que o compõem são oriundos de pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação Sociedade, Cultura e Fronteiras da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e outras instituições, e estão voltados para um debate a respeito de memórias, patrimônio e territorialidades da região conhecida como Tríplice Fronteira.

Os conteúdos contemplam dados e narrativas que se relacionam com a história da região trinacional situada nos entornos de Foz do Iguaçu, Puerto Iguazú e da região metropolitana de Ciudad del Este na fronteira entre Brasil, Argentina e Paraguai respectivamente. Considerando que, dentre os aspectos fronteiriços, estão as línguas portuguesa e espanhola, principalmente no cotidiano deste espaço, optou-se por manter citações em espanhol sem as suas traduções.

O primeiro capítulo trata do Patrimônio Cultural no Mercosul e lança olhares na direção da cultura além-fronteira, identificando referências culturais compartilhadas por diferentes Estados na perspectiva de um projeto de integração regional. Vê-se o debate sobre o papel da cultura como estratégia para a integração cujo o intuito é vislumbrar uma identidade comum dentro do Mercosul, visando promover um sentimento de pertencimento para a formação de uma cidadania regional. O patrimônio cultural emerge como uma categoria importante para a reflexão dos processos sobre as medidas de valorização das representações do passado, através das ações voltadas para a preservação de bens culturais compartilhados entre os países parceiros.

O segundo capítulo foca nas migrações, abordando as políticas sobre terra e colonização na perspectiva do processo de nacionalização da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG) nos séculos XIX e XX. A pesquisa ainda foca na comparação e na transnacionalidade, buscando a compreensão das semelhanças, diferenças e conexões na invenção de nacionalidades de origem europeia para integrar a fronteira aos Estados Nacionais em questão.

O capítulo três tem a proposta de apresentar memórias construídas sobre um personagem que viveu na fronteira do Brasil, Paraguai e Argentina no final do século XIX e início do século XX. Os estudos sobre Moisés Santiago Bertoni emergem de documentação constituída por ele mesmo e por obras diversas produzidas a seu respeito. O texto discute a construção de memórias que fazem parte de um variado leque de lembranças e permite

conhecer o processo de construção de memórias sobre a Tríplice Fronteira.

O quarto capítulo estuda as culturas alimentares da fronteira Brasil-Paraguai-Argentina por meio de indícios e vestígios em feiras, trazendo reflexões acerca de práticas relativas à alimentação. As feiras analisadas foram a Feirinha da JK em Foz do Iguaçu, a Feria de Ciudad del Este do lado paraguaio e a Feirinha da Argentina em Puerto Iguazú. É uma escrita que bebe na micro-história, nas práticas do cotidiano e na etnografia. Parte-se da comida, de espaços de comidas e de seus desdobramentos para discutir culturas alimentares neste espaço de fronteira.

A Ponte Internacional da Amizade serve de cenário para discutir as ações empenhadas pelos governos brasileiro e paraguaio a fim de consolidar memórias e representações em diferentes insígnias, oferecendo aos lugares relacionados à ponte diferentes formas de ancorar lembranças. Buscou-se, a partir dos vestígios encontrados, problematizar os lugares de memória intencionalmente construídos para vincar certas lembranças e associá-las a seus executores.

O capítulo seis realiza uma discussão sobre como as ações materiais e imateriais do Estado brasileiro, por meio de lugares e memórias, são ativadas como representações da formação histórica de Foz do Iguaçu. Os indícios presentes no cotidiano levam a percepção da presença do Estado no passado e no presente. Por meio de documentos, discursos, infraestruturas, monumentos, políticas, projetos e ações, o Estado mostra sua presença e influência nas definições de representações, memórias, lugares de memórias de Foz do Iguaçu. Um território que integra muitas histórias que são imprescindíveis para compreender a formação de uma cidade com memórias porosas e cambiantes.

O capítulo sete traz narrativas sobre a primeira Catedral da Diocese de Foz do Iguaçu e a trajetória da Igreja Católica, na região Oeste do Paraná, no início do século XX. A Paróquia São João Batista revela-se como fonte provedora de histórias e de personagens que, de alguma forma, se conectam com a história da cidade, além disso, o autor trabalha com a concepção da igreja como monumento histórico, marco referencial para a manutenção de lembranças e de tradições, tornando-se ponto de referência e de singularidade do local onde se encontra promovendo a formação da identidade cultural local.

O capítulo final aborda o Centro de Altos Estudos da Conscienciologia (CEAEC) apresentando seu histórico de formação em Foz do Iguaçu. O CEAEC é um ponto turístico no município desde 1995, e um importante polo de pesquisas voltado para o estudo da consciência humana (pessoa, indivíduo, ego, *self*) de modo multidimensional, além da dimensão material, do corpo físico e do confinamento no cérebro, considera-se outras formas de manifestação. O capítulo discorre sobre o desenvolvimento de um sentimento de pertencimento por voluntários da Conscienciologia.

À vista disso, este livro apresenta um conjunto de temas, de múltiplos dados,

tratados sob diversos enfoques, de variadas metodologias e de diferentes abordagens teóricas. Discussões mais amplas e aprofundamentos maiores poderão ser buscados nas teses e publicações dos autores.

Por fim, agradecemos aos pesquisadores que contribuíram com suas pesquisas e reflexões compondo os capítulos dessa obra. Também ao Programa de Pós Graduação Sociedade Cultura e Fronteira da UNIOESTE que possibilitou a publicação.

Uma ótima leitura a todos!

Milena Mascarenhas  
Solange da Silva Portz  
Valdir Gregory  
(Organizadores)


## SUMÁRIO

### **CAPÍTULO 1..... 1**

#### O MERCOSUL E A CENTRALIDADE DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Maria de Fátima Bento Ribeiro

José Carlos dos Santos


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211041>

### **CAPÍTULO 2..... 12**

#### SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES DO PROCESSO IMIGRATÓRIO NA FRONTEIRA ARGENTINA/BRASIL

Leandro de Araújo Crestani

Ernelo Schallenger


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211042>

### **CAPÍTULO 3..... 30**

#### MOISÉS SANTIAGO BERTONI E AS MEMÓRIAS CONSTRUÍDAS

Solange da Silva Portz

Valdir Gregory

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211043>


### **CAPÍTULO 4..... 46**

#### PERCURSOS DE UMA PESQUISA SOBRE CULTURAS ALIMENTARES - INDÍCIOS ETNOGRÁFICOS EM PRÁTICAS DO COTIDIANO

Paola Stefanutti

Valdir Gregory


Ernesto di Renzo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211044>

### **CAPÍTULO 5..... 66**

#### PONTE INTERNACIONAL DA AMIZADE: LUGARES DE MEMÓRIA

Milena Mascarenhas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211045>



### **CAPÍTULO 6..... 87**

#### FOZ DO IGUAÇU: MEMÓRIAS, LUGAR DE MEMÓRIA E REPRESENTAÇÕES RELACIONADAS COM A PRESENÇA DO ESTADO

Samuel Klauk

Andressa Szekut

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211046>

<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>109</b>
A IGREJA MATRIZ SÃO JOÃO BATISTA DE FOZ DO IGUAÇU E A CONGREGAÇÃO DO VERBO DIVINO (SVD): HISTÓRIA E PERSONAGENS	
Mac Donald Fernandes Bernal	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211047">https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211047</a>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>133</b>
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DA CONSCIENCILOGIA (CEAEC): MATRIZ DAS TERRITORIALIDADES CONSCIENCIOLÓGICAS	
Cristiane Ferraro Gilaberte da Silva	
 <a href="https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211048">https://doi.org/10.22533/at.ed.6742211048</a>	
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>162</b>
<b>ÍNDICE GEOGRÁFICO</b> .....	<b>168</b>
<b>ÍNDICE ONOMÁSTICO</b> .....	<b>171</b>
<b>SOBRE OS AUTORES</b> .....	<b>175</b>

## SEMELHANÇAS, DIFERENÇAS E INTERCONEXÕES DO PROCESSO IMIGRATÓRIO NA FRONTEIRA ARGENTINA/BRASIL

Data de aceite: 20/01/2022

**Leandro de Araújo Crestani**

**Ernelo Schallenberger**

### 1 | INTRODUÇÃO

A análise sobre a fronteira, neste capítulo, não se limita apenas as questões geográficas como demarcação de territórios, linhas ou faixa divisória entre dois países, estados, municípios ou regiões. A questão central da pesquisa se volta para as políticas nacionalistas sobre terra e colonização, ou seja, o processo de “nacionalização” da fronteira externa (separação entre nações) e interna (ocupação das áreas fronteiriças das províncias) nas regiões transfronteiriças do Sul do Brasil e Nordeste da Argentina, nomeadamente na faixa de fronteira das províncias do Paraná (BR) e Misiones (ARG). Esse processo emerge em meados do século XIX e só é consolidada na década de 1930.

O processo de ocupação, colonização e consolidação da fronteira se deu por meio do incentivo à vinda de imigrantes para o desenvolvimento da agricultura e à criação de uma pequena burguesia rural composta de famílias de imigrantes, basicamente de origem europeia (RAU, 2009). Sob essa ótica, para iniciar o desenvolvimento e evitar os conflitos sociais,

o europeu (civilizado) seria capaz de fomentar a produtividade e a identidade da própria fronteira.

A análise comparada do processo histórico da construção dos Estados Nacionais da Argentina e do Brasil permite afirmar que a formação do espaço transnacional se deu, primeiramente, pelo estabelecimento da fronteira externa e posteriormente pela fronteira interna, através do incentivo da imigração europeia.

A *História Comparada e Transnacional* deu suporte para compreender a disputa pela posse das terras da fronteira entre Argentina e Brasil como um processo de ocupação e colonização de fronteiras que não pode ser explicado somente por estudos nacionalistas. Somente a comparação e a transnacionalidade levam a compreender as semelhanças, diferenças e conexões na invenção da nacionalidade de origem europeia para integrar a fronteira aos estados nacionais em questão. A fronteira, nesse caso, não foi lugar de oportunidade para a população argentina e brasileira, como no caso da teoria da *frontier thesis* de Turner (1920), pois forjou a necessidade de incentivar à vinda do imigrante europeu em ambos os Estados nacionais.

## 2 | A VINDA DO IMIGRANTE EUROPEU PARA AS PROVÍNCIAS DO PARANÁ E MISIONES

A ocupação das fronteiras internas das Províncias do Paraná e de Misiones começou a ser promovida após a promulgação das leis nacionalistas de incentivo à imigração europeia, maximizadas pela propaganda do potencial das terras devolutas deste espaço para o desenvolvimento da agricultura. Visava atrair imigrantes.

O desenvolvimento da colonização europeia na fronteira requereu a intervenção dos Estados nacionais. Leis nacionalistas de imigração e colonização foram criadas em cada um dos Estados nacionais. Notam-se semelhanças entre a Lei de Terras do Brasil de 1850, com a Lei de Imigração e Colonização da Argentina de 1876, no que se refere à origem do imigrante, aos modelos de colônias, aos tipos de terras a serem ocupadas, aos processos de aquisição da terra e de comprovação da posse, no caso de não haver titulação. Além disso, há semelhanças nos tipos de cultura a serem desenvolvidas, na ajuda financeira do governo para a ocupação e colonização, na naturalização do imigrante, no órgão regulamentador do Estado, no tamanho da propriedade e nas formas de concessão e nas regiões a serem ocupadas.

O teor das leis nacionais reflete um espírito um tanto diferenciado em relação às leis dos dois países em foco. A Lei Argentina de Imigração e Colonização de 1876 teve como principal foco desenvolver os territórios com a vinda do imigrante europeu, revelando uma preocupação em receber, alojar, colocar, transportar, delimitar a propriedade e subsidiar o imigrante com dinheiro para o sucesso da colonização. No caso brasileiro, a Lei de Terras de 1850 visava à vinda do imigrante com o intuito de efetivar a comercialização da terra como forma de lucro para o Estado e assentar os compradores como proprietários, o que representava uma segurança em relação à fixação do território e à defesa da fronteira.

Após a resolução do conflito entre Argentina e Brasil acerca da Questão de Misiones, a nova problemática passou a ser a ocupação e a colonização desta fronteira, especificamente, dos espaços que ambos declararam “vazios” durante a disputa. Partindo desse princípio, a apropriação das terras da fronteira foi uma atividade iniciada pela intervenção estatal sob o apelo do desenvolvimento econômico e da formação do mercado de terras. Essa iniciativa culminou na criação de leis agrárias que garantiriam a posse da terra aos futuros imigrantes que ocupariam tais espaços.

A intervenção estatal, neste caso, visou separar juridicamente as terras públicas, das particulares, estabelecendo por meio das Leis de Terras e Imigração a forma pela qual ocorreria a aquisição da propriedade. Esta intervenção dos Estados Nacionais visava formar um mercado de terras na fronteira e determinar um tipo específico de imigrantes para nacionalizar esse espaço transnacional.

Segundo Ligia Maria Osorio Silva e Maria Verónica Secreto (1999), a incorporação

das novas terras (neste caso da fronteira), tanto no caso brasileiro quanto no argentino, foi uma prática institucional que circunscreveu e determinou o acesso à propriedade da terra. Nota-se que as Leis de Terras e Imigração desenvolvidas por ambos os países têm um ponto em comum, o de atribuir ao imigrante europeu o desenvolvimento da região através da formação de pequenas e médias propriedades (de base familiar) para o processo civilizatório da fronteira.

Para a consolidação da fronteira, cada país desenvolveu leis sobre colonização, imigração e posse de terra na perspectiva de ocupar terras disponíveis para o desenvolvimento da agricultura e de indústrias capitalistas nas regiões “não ocupadas” do país. Na Argentina, foi criada a *Lei nº 817, de Imigração e Colonização de 1876* e no Brasil a conhecida *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*, que faziam menção às terras devolutas do Império no caso brasileiro e terras públicas no argentino. Essas leis foram instrumentos para as políticas de ocupação que visavam regularizar a ocupação das áreas “disponíveis” na fronteira e, conseqüentemente, fomentar a colonização.

Ambos os países consideravam as terras da fronteira como patrimônio a ser utilizado para o fortalecimento e a construção do Estado Nacional nascente nesse período e, também, como elemento de consolidação e definição de suas fronteiras nacionais. A abundância de terras disponíveis na fronteira, de acordo com o discurso nacionalista, fomentou o processo de apropriação e monopolização da fronteira, garantindo, a partir das leis, a posse da terra. Esse foi o primeiro passo que ambos os países deram na tentativa de consolidar a fronteira pela lógica de “povoar” e “civilizar” com imigrantes europeus.

Posta essa questão, faz-se necessário compreender as leis nacionalistas da Argentina e do Brasil sobre terra, colonização e imigração, criadas com a finalidade de formar as fronteiras internas e posteriormente consolidar as fronteiras externas. A compreensão da formação dessas duas fronteiras é imprescindível para comparação da forma como Argentina e Brasil promoveram a ocupação e colonização das terras da fronteira através da imigração europeia.

As leis nacionalistas criadas por Argentina e Brasil nortearam a apropriação da posse da terra, impulsionando a incorporação da fronteira ao território nacional através da atividade agrícola e pastoril iniciada a partir da vinda de imigrantes de origem europeia, que seriam os responsáveis pela formação da estrutura fundiária de tal região. As políticas nacionalistas alusivas à vinda de imigrantes europeus para fronteira da Argentina e Brasil visaram à incorporação das “terras excedentes” da região transnacional, para a garantia da sua posse, para a não transferência da “mão-de-obra” excedente no litoral (Brasil) e capital (Argentina) e para construção da nacionalidade.

A apropriação das terras devolutas da Província do Paraná foi pensada como processo para garantir a extensão territorial. Essa perspectiva foi registrada no Relatório de Província do Presidente Zacarias de Góes e Vasconcellos (1854a) para evidenciar a



extrema necessidade de definir limites entre as províncias (Mato Grosso, São Paulo e Santa Catarina) e, principalmente, com os países vizinhos (Paraguai e Argentina). Tornar-se-ia necessário incentivar a ocupação, a colonização e fundação de colônias: (SIC) “A base do systema adoptado na colonia he aforar ou vender lotes de terras aos colonos [imigrantes europeus], os quaes tem a propriedade de todo o resultado do seo trabalho, com a só clausula de, em igualdade de preço”. Em linhas gerais, a política visava trazer o colono europeu como forma de ocupação e apropriação das terras devolutas dos sertões do Oeste do Paraná.

Na perspectiva do Presidente da Província Paraná, não era possível colonizar a fronteira (terras devolutas) sem a ajuda do Governo Imperial, pois isto demandaria custos para a Província que, no período, não poderia arcar sem a ajuda financeira do Império. A vinda do imigrante europeu como civilizador (colonizador ideal) embasou o projeto de povoamento em direção às terras da fronteira.

A preferência conferida aos colonos de nacionalidade europeia denota que a escolha étnica reflete um ideal de nação que exclui, de certa forma, as populações nativas e crioulas. No ano de 1907, em sua mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, o governador Vicente Machado da Silva Lima enfatizou a necessidade de continuar promovendo a imigração para que se aproveitassem as riquezas naturais e culturais presentes nas terras: “Possuindo, sobre a maioria dos Estados da União a incomparável vantagem de um clima temperado admiravelmente propicio á raças europeas, não podia o governo do Estado descurar-se do povoamento do sólo, como fator a que directamente se prende o phenomeno da produção”. A vinda do imigrante europeu, nesse contexto, era vista como geradora de riquezas para o Estado.

No ano de 1914, de acordo com a mensagem do então governador do Paraná, Carlos Cavalcanti de Albuquerque, a Colônia Militar de Foz do Iguazu, na fronteira Oeste do Paraná, passava a ser uma nova referência de migração:

Tendo sido emancipada a colonia militar da Fóz do Iguassú cogitou o governo, desde logo, de tomar as precisas providencias de modo a que esse longuinho nucleo de população se pudesse transformar, rapidamente, em brilhante fóco de civilização e importante entreposto commercial do Estado. Neste sentido, além da instalação da competente repartição arrecadadora, fim principal da viagem empreendida pelo Sr. Secretario da Fazenda, repartição que já se acha funcionando com resultados que excederam a própria expectativa do governo, foi creada e para alli seguiu uma commissão incumbida da verificação e rectificação dos lotes urbanos e rusticos anteriormente concedidos e delimitação de novos lotes, destinados a localisação de trabalhadores nacionaes, assim como, de averiguar e impedir a invasão e devastação das terras devolutas situadas naquela zona, proceder ao levantamento do porto e povoação actual, projectando as obras mais urgentes e necessarias, verificar o melhor traçado para uma estrada carroçável de ligação entre a ex-colonia e a cidade de Guarapuava, e, finalmente, fazer estudos meteorologicos e outros, tendentes ao perfeito conhecimento daquela região.

Até o ano de 1914, a Colônia Militar de Foz do Iguaçu não era motivo de preocupação muito enfatizada do Governo do Estado do Paraná, pois a fronteira não despertava a atenção dos governadores. Ainda que a preocupação dos governos fosse a de incorporar o vasto território de solos férteis à produção de riqueza do Estado, as terras devolutas da fronteira demoraram a despertar o interesse dos governantes. Tanto assim que, ainda em 1921, o governo de Caetano Munhoz da Rocha apontava para a política de incorporação das terras do sertão oeste do Paraná em direção à fronteira, acenando para a necessidade de “braços fortes” e “inteligentes desbravadores” para a conquista deste vastíssimo sertão e que os mesmos seriam responsáveis pelo desenvolvimento de magníficos campos.

Cumprir ressaltar que os braços fortes e inteligentes descritos por Munhoz da Rocha eram os imigrantes europeus que, neste período, buscavam meios de se livrarem da crise econômica que assolava aquele continente: (sic) “a situação afflictiva do continente europeu determinará naturalmente uma forte corrente emigratória para o nosso Paiz e provavelmente o Paraná será um dos Estados preferidos para essa colonização”.

Em mensagem ao Congresso Legislativo do Paraná, no ano de 1952 Munhoz da Rocha destacou que já havia iniciativas particulares de colonização das terras do sertão do Paraná, de Guarapuava em direção à Foz do Iguaçu.

Afonso Alves de Camargo, ao longo de seu governo, entre os anos de 1929 e 1930, enfatizou, em suas mensagens ao Congresso Legislativo, a necessidade de incentivar a imigração espontânea e não a oficial, que vinha sendo promovida pelo estado do Paraná. O discurso se amparava no argumento de que somente a imigração espontânea seria responsável pelo êxito da agricultura no Paraná. Em relação à fronteira com os países vizinhos, projetava-se a necessidade de se alcançar o patriotismo através de um povoamento que fosse realizado por nacionais.

A imigração europeia para a Província de Misiones é compreendida a partir de um processo histórico articulado por uma política imigratória voltada à extinção ou superação da população nativa (indígena) que habitava a fronteira. Essa política contava com grupos de imigrantes advindos da Europa que tinham a missão de ocupar e colonizar os espaços fronteiriços com o Brasil.

A intenção do Estado Nacional em questão não era desenvolver grandes latifúndios, pois dessa forma o espaço continuaria vazio e improdutivo, mas de atrair o pequeno agricultor, que, com os seus familiares de origem europeia, ocupariam o território até então inexplorado.

Nesta perspectiva, as “tierras fiscales” da Argentina eram entendidas como um “*Suelo inculto – y pueblo misarable – son dos términos correlativos en el lenguaje de la Economía Política, que es el lenguaje de la verdad severa, que no encuentra cruel disipar cândidas preocupaciones*”. Os territórios vazios ou baldios eram considerados como despovoados e

pobres cuja população vive em estado de selvageria, visando à subsistência de sua família e não ao desenvolvimento econômico da região fronteira.

A apropriação das terras devolutas e públicas da fronteira Nordeste da Província de Misiones pode ser considerada como um movimento do Estado Nacional argentino para ocupar as fronteiras internas, consolidando uma marcha progressiva para o espaço desértico, suplantando a natureza selvagem.

Na perspectiva de propagar a disponibilidade de terras livres, o governo argentino solicitou um estudo da República do Plata, para Michael George Mulhall e Edward Thomas Mulhall, no qual era descrito o território que os imigrantes europeus poderiam colonizar. O documento era intitulado *Manual de las Repúblicas del Plata – Datos topográficos, históricos y económicos sobre los productos, colonias, empresas, comercio, rentas nacionales, deuda pública, inmigración, ciudades, provincias, instituciones, ferro-carriles, bancos, escuelas y literatura de las Repúblicas Argentina, Oriental y Paraguay* (1876) e tinha como objetivo descrever as oportunidades que os imigrantes europeus encontrariam nas Repúblicas do Plata principalmente no território Argentino. É o que se nota no seguinte excerto:

*El único obstáculo á la colonización de Misiones es el Salto de Apipé, en el Alto Paraná, 50 leguas arriba de Corrientes. Este Mal paso podría canalizarse entre las islas de Apipé Yaureta: en épocas de creciente suben vapores de poco calado, ya perspectiva es la mas grandiosa pasando Apipé hasta llegar á Candelaria, una sucesion de cuchillas, bosques y ruinas de los Jesuitas. Candelaria dista 60 leguas de Corrientes. Repartiendo Misiones entre colônias Europeas, como se propone, se puede proporcionar 100,000 lotes de chacra de 20 cuadras cada uno; entonces tendria medio millon de colonos, para aumentar los produtos de la República Argentina.*

O número de imigrantes na República Argentina durante 17 anos, desde janeiro de 1858 até dezembro de 1874, era estimado em 407.025 pessoas, com uma proporção de 56% italianos, 19% espanhóis, 16% franceses, 5% alemães, 4% ingleses. Outro fator era a existência de 65% homens para 35% mulheres.

A intenção do governo argentino era a de trazer o colono europeu para civilizar o Território de Misiones, desenvolver o potencial agrícola da região e valorizar a fronteira, aspecto presente na Lei de Colonização: “[...] traer familias agrícolas de Europa, dándoles 50 cuadras ó 100 hectáreas de terreno á cada familia grátis, y proporcionándoles casa, semillas, útiles de labranza, ganado y víveres durante el primer año; cuyo importe el colono tendrá que reembolsar en 7 años sin interés”.

Para civilizar a Província de Misiones, o governo bancava as passagens das chamadas “famílias agrícolas da Europa”, vindos da Inglaterra, Alemanha e outros países e os imigrantes receberiam títulos doados após a ocupação. Bastava que as famílias fossem da Europa para que cada uma recebesse “[...] manutencion por un año, y un lote de 50 cuadras (100 hectáreas ó 200 acres)”.

Os discursos dos presidentes argentinos empossados entre os anos de 1879 e 1903 abordavam a importância da imigração de origem europeia como fator fundamental para o desenvolvimento argentino, principalmente, no que se refere à incorporação das terras públicas que estavam à mercê dos indígenas selvagens.

O grande período de imigração de estrangeiros para Misiones foi de 1897 a 1904. Dentre os imigrantes, é possível destacar a presença de colonos austríacos, espanhóis, suíços, japoneses, franceses, italianos, brasileiros, alemães, paraguaios e russos. Segundo Yssouribehere, a política de imigração voltada para a ocupação da região de fronteira, com o aproveitamento dos colonos para o trabalho na agricultura, deveria focar em uma área que foi palco de disputa entre Argentina e Brasil.

Entre divergências e semelhanças em relação ao aporte legal, a opção pelo modelo de colonização e pelo protótipo de imigrante aproximou os colonos dos espaços colonizados pelos países limítrofes, estabelecendo uma interconexão transfronteiriça marcada por experiências de ocupação produtiva dos espaços colonizados, pela solidariedade étnica e pelas trocas de insumos e produtos. As terras, situadas no espaço transnacional da fronteira entre Argentina e Brasil, tornaram-se um ponto comum de reconhecimento e encontro entre as nações. Os Estados Nacionais em questão visaram à ocupação e à colonização da região transnacional que outrora era um espaço de conflito desde o período colonial até a solução dada pela decisão do Presidente dos Estados Unidos, Grover Cleveland.

Argentina e Brasil promoveram, através de suas políticas nacionais, a criação de leis que contribuíssem para a formação de núcleos de povoamento de imigrantes europeus com o intuito de consolidar as fronteiras internas dos respectivos países. Esse foi o primeiro passo para a naturalização do território dos Estados Nacionais, gestando, assim, um processo de formação de uma identidade nacional que assegurasse a posse de uma determinada parte da região transnacional que anteriormente fora palco de disputa. A formação dos Estados Nacionais esteve, assim, atrelada ao desenvolvimento econômico da fronteira, fomentado pela vinda do imigrante europeu, aspecto presente nos relatórios e mensagens tanto presidenciais e provinciais.

Além do mais, a colonização agrícola foi impulsionada pelos Estados Nacionais com um claro intuito econômico e geopolítico: ocupar e colonizar as fronteiras para fomentar a sua exploração econômica e, sobretudo, integrá-las aos seus respectivos territórios. Destarte, o processo de ocupação se iniciou com a intervenção do Estado na distribuição das terras para a formação de colônias agrícolas que incentivassem a vinda dos imigrantes. Este processo acabou, em ambos os países, nas mãos de companhias colonizadoras privadas, que adquiriam “imensos latifúndios” para a exploração das riquezas naturais presentes e para a valorização das terras, posteriormente vendidas aos colonos.

### 3 | OLHARES DOS VIAJANTES SOBRE A FRONTEIRA ENTRE ARGENTINA E BRASIL

A partir dos argumentos desenvolvidos até aqui, cumpre ponderar que o incentivo à imigração para a fronteira entre Argentina e Brasil não pode ser descrito apenas a partir do viés dos documentos de alegação de posse, das leis, dos relatórios de províncias e das mensagens encaminhadas ao Congresso que refletem o discurso unificante dos Estados nacionais e da integração territorial. Neste estudo, busca-se compreender, também, a fronteira a partir de falas dos sujeitos que a vivenciaram, sobretudo de *viajantes* que trazem em seus relatos de viagem inventários da fronteira permeados por olhares políticos e intelectuais, que refletem o espírito de sua época, o que certamente contribuíram em muito para a formação de novos conceitos sobre este espaço.

As viagens realizadas por argentinos e brasileiros foram, em sua grande maioria, expedições científicas que buscavam levantar informações sobre os caminhos que levavam dos centros civilizados até a fronteira de seus respectivos países. Esses viajantes descreveram para seu mundo “civilizado” um local geograficamente remoto, selvagem, desértico, perigoso, conflituoso, mas, por outro lado, rico de recursos naturais a serem explorados e que estavam, até então, ignorados. Myskiw (2011) assegura que os viajantes tiveram uma grande contribuição para o processo de conquista e ocupação territorial da fronteira, pois suas narrativas de viagem contribuíram para apontar caminhos, perigos e riquezas que poderiam ser exploradas ao empreender o desbravamento.

Os relatos dos viajantes da fronteira Nordeste da Província de Misiones e Oeste do estado do Paraná favorecem o conhecimento de um espaço ignorado aos olhos dos estados nacionais que deveriam ser integrados à “nação”. Viajar para a fronteira e, posteriormente, publicar relatos em forma de livros ou boletins informativos, representava a possibilidade de trazer a público as descrições e as observações de lugares que poderiam ser explorados, colonizados e incorporados no processo de produção de riquezas.

Ao selecionar os relatos de viajantes para analisar a forma pela qual ocorreu o processo de ocupação da fronteira, partiu-se do princípio de que essas narrativas trazem discursos permeados de juízos, conceitos e preconceitos acerca do mundo observado. É importante salientar que os relatos de viajantes apresentam o discurso civilizador a partir da visão do Estado Nacional Moderno cujo objetivo era o de nacionalizar, conquistar e desenvolver a fronteira, justificando a marcha da população civilizada sobre os selvagens, tidos como incapazes de fixar a fronteira.

Para estabelecer a comparação, foram selecionados nove relatos de viajantes de cada país. O recorte temporal para o estudo da fronteira Oeste do Paraná foi fixado entre os anos de 1896 e 1930; em relação à fronteira Nordeste da Província de Misiones, foram considerados os relatos apresentados entre 1881 e 1912, período que corresponde à publicação dessas narrativas.

A análise dos relatos de viagem parte de pontos comuns que estão presentes nas narrativas, tais como: observações sobre o trajeto de viagem, população encontrada, recursos naturais existentes, problemas presentes na fronteira, exploração e colonização e descrição das Cataratas do Iguaçu.

Esses elementos são tomados enquanto categorias de análise e contribuem para a compreensão do processo de intervenção dos estados nacionais modernos na fronteira em estudo. A partir dessas categorias, são destacados os elementos justificadores da intervenção dos estados na fronteira a partir de uma postura política nacionalista. A grande bandeira passou a ser a necessidade da marcha da sociedade civilizada em direção à fronteira, visando à superação da selvageria e do atraso.

Os viajantes que se direcionavam para a fronteira Nordeste em direção à Província de Misiones buscavam explorar um local considerado selvagem, porém cheio de riquezas naturais. Esses viajantes saíram dos centros civilizados da Argentina em direção a Misiones.

Vários viajantes percorreram o trecho com sucesso, entre eles: Alejo Peyret (1881); Ramon Lista (1883); Rafael Hernández (1887); Juan Bautista Ambrosetti (1892 a 1894); Carlos Burmeister (1893); Florencio de Basaldúa (1901); Manuel Bernádez (1901); Francisco Manzi (1910) e Santiago Pusso (1912), que ressaltaram a presença de habitantes no Território de Misiones, citando a existência de índios, colonos, imigrantes nesta fronteira, tida pelo Estado Nacional argentino como selvagem e vazia.

**Alejo Peyret** (1881) destaca, em seu relato, que a população encontrada na região era formada por índios e colonos. Os caminhos eram primitivos, mas a natureza, que oferecia abundantes rios e as Cataratas do Iguaçu, era privilegiada por uma terra roxa fértil e pela existência da erva-mate. Apontava para a necessidade da colonização para civilizar a fronteira.

**Ramon Lista** (1883) refere-se, basicamente, à existência da população indígena atrasada, em um ambiente selvagem com falta de caminhos para integrar a fronteira. Registra a existência da erva mate, madeira, terras para cultivo e as Cataratas do Iguaçu. Sugere a colonização com a população branca de origem europeia.

**Rafael Hernández** (1887), além dos índios, se refere à presença de brasileiros, argentinos e paraguaios. Em um ambiente de florestas densas, com um potencial de um solo fértil e de erva-mate a serem explorados, e com as imponentes Cataratas do Iguaçu, faltavam caminhos e sistema de comunicação, o que, por seu turno, gerava problemas para promover a identidade nacional. Uma solução destacada por Hernández era a colonização com população branca para civilizar a fronteira.

**Juan Bautista Ambrosetti** (1892; 1894a; 1894b; 1895), em suas viagens, fez menção aos índios e aos peões nas *obrages*; destacou a exploração da população pelos donos dos ervais. Ambrosetti descreve a selva e dá destaque à erva-mate e às Cataratas

do Iguaçu. Procurou desmistificar a visão sobre o índio como atrasado, porém defendia a imigração.

**Carlos Burmeister** (1899), a exemplo de Peyret, refere-se à presença de colonos. Dá ênfase à selva, à existência de abundante madeira, terra roxa, água, erva-mate e às Cataratas do Iguaçu. Denuncia que a exploração da madeira era feita por estrangeiros (brasileiros e paraguaios) e alerta que a colonização com imigrante europeu se constituiria em um erro, pois não seria apto para a região.

**Florencio de Basaldúa** (1901) dá conta de uma população de índios e imigrantes europeus, que era escravizada e faltava a integração com a Nação. Ressalta com destaque a forte presença da erva-mate e das Cataratas do Iguaçu. Entende, entretanto, que a colonização com imigrantes europeus promoveria a ocupação e a integração do território de Misiones.

**Manuel Bernárdez** (1901) registrou, por seu turno, que índios, ervateiros, agricultores conviviam num ambiente de intensa exploração da mão de obra em torno da extração de erva-mate e de madeira. As terras férteis, onde a agricultura se fazia incipiente, a rica vegetação e as Cataratas do Iguaçu mereceriam a atenção do Estado, que deveria promover a colonização e controlar a exploração da região. A falta de meios de comunicação foi apontada como um entrave para o desenvolvimento regional.

**Francisco Manzi** (1910) constatou a presença de índios, imigrantes europeus, paraguaios e brasileiros. Afora os imigrantes europeus, os demais eram afetos, sobretudo, a atividades extrativas, o que não contribuía substancialmente à fixação do povoamento, diante do que sugeriu a colonização com estrangeiros para o desenvolvimento da agricultura e da indústria. Com a ressalva da falta de meios de comunicação entre a capital e a fronteira, chamou a atenção para as terras férteis, as florestas virgens que acolhiam a erva-mate.

**Santiago Pusso** (1912) observou a presença de índios, argentinos, brasileiros e paraguaios no espaço da fronteira. Era época das *obrages*. As relações de trabalho apresentavam-se assemelhadas às da servidão (*mensus*). Chamou a atenção para a falta de higiene e da presença do Estado, além da necessidade de criação de um caminho de ligação da capital para a fronteira. Como a grande maioria dos viajantes, chamou a atenção para as Cataratas do Iguaçu, para os rios e a pujante floresta. Deixou transparecer suas dúvidas acerca da colonização espontânea e propôs uma corrente de colonização oficial.

No caso brasileiro, os relatos dos viajantes, José Cândido da Silva Muricy (1892); Domingos Nascimento (1903); Arthur Martins Franco (1904 e 1913); Manuel Azevedo da Silveira Netto (1910); Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior (1919); Julio Nogueira (1920); Cesar Martinez (1925) e José Lima Figueiredo (1930) tomaram, em sua maioria, os centros civilizados como ponto de partida em direção à fronteira oeste do Paraná.

**José Cândido da Silva Muricy** (1892) registrou a presença de indígenas, colonos, caboclos, bugres e de estrangeiros (argentinos e paraguaios) na fronteira. Em relação a estes últimos, asseverou, em consonância com o viajante argentino **Santiago Pusso**, que os argentinos se dedicavam à exploração da madeira e da erva-mate, valendo-se, sobretudo, da exploração da mão de obra dos paraguaios. Para o viajante, havia abundância de erva-mate e de terra fértil. Apesar dos caminhos perigosos, da densa floresta e da falta de comunicação, a colonização se apresentava como solução para garantir a posse das terras da fronteira. Em seu relato dá destaque à exuberância das Cataratas do Iguaçu.

**Domingos Nascimento** (1903) dá conta, em seu relato de viagem, da presença de indígenas mansos e bravios. Atesta que a floresta era quase impenetrável, rica em erva-mate e madeira. A exploração estrangeira (argentino) das riquezas nacionais e escravização branca se configuravam como problema e que só teria solução com a colonização para garantir a posse das terras da fronteira.

**Arthur Martins Franco** (1913) apontou a presença de índios mansos e a exploração dos estrangeiros. Destacou os recursos naturais, dando ênfase à erva-mate, à madeira e às Cataratas do Iguaçu. A colonização foi também por ele apresentada como possibilidade para integrar a fronteira ao território nacional.

**Manuel Azevedo da Silveira Netto** (1920 [1999]) constatou, a exemplo dos anteriores, que os indígenas povoavam predominantemente a região e que havia argentinos e peões nas *obrages* explorando a madeira e a erva-mate. Indicou a colonização como alternativa para desenvolver o sertão Oeste, acenando para a riqueza das terras e para a pujança das Cataratas do Iguaçu.

**Carlos Alberto Teixeira Coelho Junior** (1946) não foge à regra dos viajantes anteriores, quando registra que índios, caboclos e *mensus* escravizados compunham a população da região, rica em recursos naturais, que, somados às Cataratas do Iguaçu, poderiam atrair o imigrante para a colonização da fronteira.

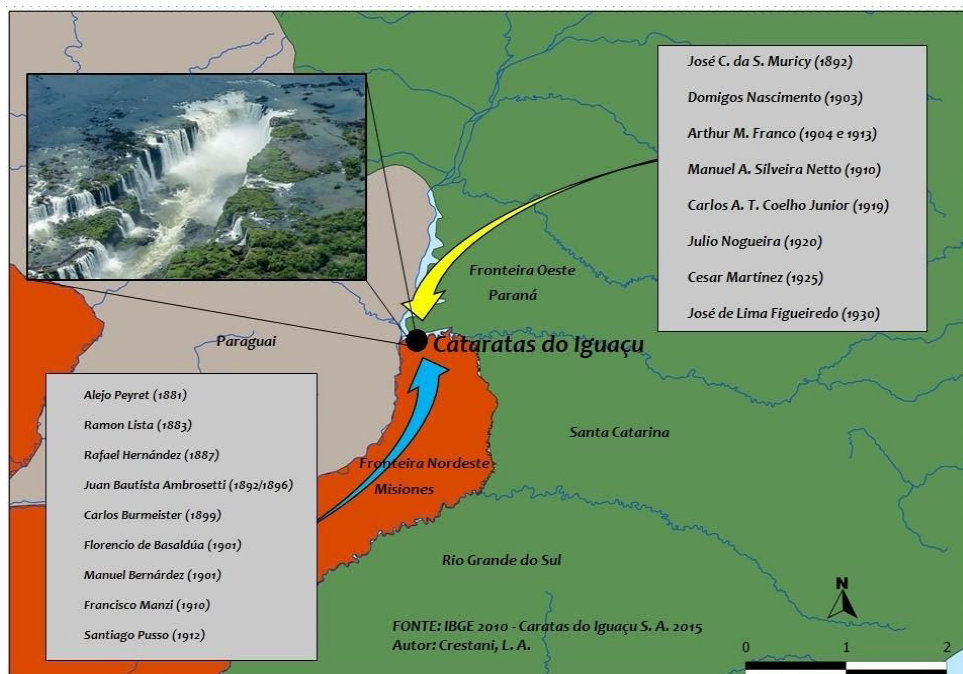
**Julio Nogueira** (1920) restringe-se ao registro da presença de estrangeiros (argentinos e paraguaios), ao que **Cesar Martinez** (1925) acrescenta a existência de indígenas. Ambos referem-se às riquezas naturais, dando destaque às Cataratas do Iguaçu, e sugerem que o problema da exploração estrangeira da fronteira poderia encontrar solução através do processo de colonização.

**José de Lima Figueiredo** (1937), além de índios, paraguaios e argentinos, sublinha a presença de imigrantes, que, se intensificada, poderia promover a ocupação e resolver o problema da fiscalização e da exploração da população que vivia em regime de escravidão.

As narrativas desses viajantes trazem representações e impressões de como era o contexto desta fronteira antes da integração do Estado Nacional brasileiro, subsidiando o entendimento acerca dos locais visitados por eles durante a viagem. Tiveram como ponto



em comum as Cataratas do Iguaçu e as referências às riquezas naturais como a erva-mate e a floresta (madeiras).



MAPA 1 - Ponto em comum dos viajantes: Cataratas do Iguaçu

Fonte: Elaborado a partir dos relatos de viagens.

Nos relatos dos viajantes, nota-se a presença de um projeto civilizador e modernizante para a fronteira entre a Argentina e o Brasil. O cruzamento dessas narrativas permite elencar os seguintes pontos comuns: a descrição sobre a população, a necessidade de caminhos oficiais, os recursos naturais, a urgência da colonização e os problemas da fronteira.

Os elementos comparativos apresentados anteriormente evidenciam os principais destaques apresentados pelos viajantes que se dirigiam para o Oeste do Paraná e para o Nordeste de Misiones, dado que favorece a confirmação do argumento de que havia o propósito de um projeto civilizador e modernizante para a fronteira da parte de ambos os países. É possível verificar semelhanças nas observações dos viajantes, principalmente no que se refere à necessidade de justificar a marcha da civilização para esse espaço transnacional.

Todos os viajantes tiveram como meta descrever, descobrir e explorar a fronteira, construindo inventários do espaço transnacional entre Argentina e Brasil, ou seja, evidenciar os possíveis locais para a fundação de colônias e levantar informações sobre a população,

os caminhos, os recursos naturais, a colonização e os problemas existentes na fronteira com vistas a possibilitar o processo de ocupação.

Os relatos dos viajantes argentinos e brasileiros permitem vislumbrar as oportunidades da fronteira e a necessidade da integração desse espaço à nação. Nesse contexto, viajar para a fronteira e publicar relatos em forma de livros e boletins informativos significava revelar os projetos colonizadores alimentados pelos Estados nacionais e trazer a público as descrições e observações dos lugares que poderiam ser explorados, ocupados e colonizados.

Considera-se que esses relatos foram essenciais para a construção de um discurso identitário no que tange às políticas nacionalistas de ambos os países para a ocupação e colonização da fronteira. Tanto a Argentina quanto o Brasil forjaram a ideia de vazio demográfico para a construção da fronteira externa e interna. O ato de viajar em direção à fronteira assumia a função de conhecer, em maior profundidade, as questões culturais, políticas, sociais e econômicas para a construção e a integração territorial através do processo migratório europeu.

Os caminhos que levavam à fronteira eram de difícil acesso e distantes dos “centros civilizados”, ao que se atribuía a falta de comunicação entre os lugares e o atraso da ocupação e da colonização. Apesar dos marcos das fronteiras dos Estados Nacionais, argentino e brasileiro, estarem consolidados, o avanço da população civilizada se fazia necessário, pela ótica dos relatos; a falta de presença do Estado gerou até mesmo a escravidão de índios, caboclos e até de brancos por parte dos donos de *obrages*.

O domínio e a exploração dos recursos naturais como a erva-mate, a madeira, a terra e as Cataratas do Iguaçu são apontados como potencialidades futuras em todos os relatos. No processo de venda, tanto as riquezas quanto a terra como propriedade poderiam ser mercantilizadas, o que promoveria a apropriação espacial da fronteira e poderia trazer grandes possibilidades econômicas para os estados nacionais.

A consolidação da fronteira entre Argentina e Brasil tem um forte viés ligado às Cataratas do Iguaçu, uma vez que, segundo os relatos dos viajantes, simbolizava o ponto da transnacionalidade entre essas duas nações. Além do Parque, vislumbrava-se o potencial de produção de energia elétrica como fator de desenvolvimento do Estado Nacional Moderno. Neste caso, os viajantes foram agentes políticos, que fomentaram a ação dos estados para, a partir dos recursos evidenciados, desencadear a integração territorial da fronteira, por meio de políticas de ocupação e colonização, promovendo o desenvolvimento nacional.

O objetivo de explorar as Cataratas do Iguaçu, por meio de seus potenciais, trouxe a possibilidade de uma fronteira integrada aos centros civilizados. As Cataratas do Iguaçu compõem, assim, um dos pontos fundamentais para a compreensão da transnacionalidade:

era o ponto de destino dos viajantes que se aventuravam pelas fronteiras Nordeste, na Província de Misiones, e fronteira Oeste, no estado do Paraná.

Os relatos dos viajantes permitem verificar que a fronteira entre Argentina e Brasil é redefinida historicamente durante a consolidação do Estado Nacional Moderno, quando se torna elemento de afirmação para expansão contra as comunidades indígenas. Essas narrativas são fundamentadas, ao seu modo, em discursos ideológicos para legitimar o processo de conquista da fronteira sobre a população ali existente.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da comparação do processo de formação fronteiriça, é possível contextualizar a construção territorial da fronteira entre Argentina e Brasil, enquanto espaço transnacional; local esse de interconexões, ligações e conflitos. A ocupação e a colonização da fronteira são, assim, marcadas por uma territorialidade construída por agentes políticos e não por sujeitos sociais que habitavam o espaço transfronteiriço.

O espaço transnacional entre Argentina e Brasil não foi formado por lutas sociais de indígenas, colonos e imigrantes que habitavam esse território, mas sim através do desenvolvimento de políticas de incorporação da fronteira dos Estados Nacionais para a exploração das riquezas naturais e, posteriormente, para a valorização das terras para futura comercialização enquanto propriedade privada. Logo, para a mercantilização da terra não era interessante à Argentina e ao Brasil ocupar e colonizar a fronteira a partir das populações tradicionais que já viviam neste espaço transnacional no período, muito em função da sua instabilidade em relação à fixação no território. Em uma visão de ganho sobre as terras ditas vazias era mais rentável forjar a nacionalização e a fixação da fronteira com sujeitos não nacionais, vindos da Europa, que comprariam a terra já ocupada, criando assim um mercado de terras na fronteira.

A promoção da imigração de origem europeia presente nas leis, relatórios e mensagens (provinciais e presidenciais) e nos relatos de viajantes visava à ocupação e à posse da terra pelo seu potencial econômico. Ao comparar a Província de Misiones e o estado do Paraná, nota-se que ambos tiveram a mesma dinâmica de ocupação, forjada pela garantia da posse da terra e não pela necessidade do desenvolvimento da “brasilidade” ou da “argentinidad” da fronteira.

Em desfavor dos primitivos habitantes, para quem não existiam fronteiras, os discursos contidos nos relatórios, nas mensagens e nas leis da época reforçavam a importância de europeizar a fronteira para civilizar os países. Pode-se perceber que as políticas estatais para a fronteira menosprezavam índios, caboclos e nativos, definindo o modo como deveria ocorrer o processo de colonização dessas regiões fronteiriças, com um “*tipo ideal*” de população que fixaria social, política e economicamente a fronteira.

## REFERÊNCIAS

### Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Argentina)

ARGENTINA. *Comisión Especial Revisora de las Leyes de Tierras y Colonias* – informe y proyecto de ley presentados al Ministro de Justicia, C. e Instrucción Pública por la Comisión Especial nombrada por el Poder Ejecutivo. Buenos Aires: Imprenta de Obras J. A. Berra. 1894.

ARGENTINA. *Ley nº 817 – Inmigración y colonización 1876*. Disponível em: [http://valijainmigracion.educ.ar/contenido/materiales\\_para\\_formacion\\_docente/textos\\_de\\_consulta/18%20Ley%20817.pdf](http://valijainmigracion.educ.ar/contenido/materiales_para_formacion_docente/textos_de_consulta/18%20Ley%20817.pdf). Acesso em: 13 dez. 2015.

ARGENTINA. *Tierras Públicas é Inmigracion*: Informe y Proyecto de Ley 1894 informe y proyecto de ley presentados al Ministro de Justicia, C. e Instrucción Pública por la Comisión Especial nombrada por el Poder Ejecutivo. Imprenta de Obras de J. A. Berra, 1864.

*MEMORIA sobre seguridad de nuestra frontera* - Dedicada al Exmo. Señor Presidente de la República Argentina, Brigadier General Don Bartolome Mitre, por el Coronel Graduado de caballería de línea de la nación: Don Federico Olivencia. Imprenta de el Nacionalista, 1864.

*MEMORIA y Proyecto sobre inmigracion* - presentados al gobierno de la República Argentina por Juan Le Long. Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna, 1865.

MINISTERIO DOS NEGOCIOS DA AGRICULTURA, DO COMMERCIO E DAS OBRAS PUBLICAS. *Provincia do Paraná – Dados Estatísticos e Esclarecimentos para os Emigrantes*. Rio de Janeiro: G. Leuznger & Filhos, 1875.

MULHALL, Michael George; MULHALL, Edward Thomas. *Manual de las Repúblicas del Plata*. Buenos Aires: Imprenta del Standard; Lóndres: Edward Stanford, 1876.

YSSOURIBEHERE, Pedro J. *Investigación agrícola en el Territorio de Misiones*. Anales del Ministerio de Agricultura. Buenos Aires: Compañía Sud-Americana de Billeste de Banco, 1904.

### Fontes sobre a Terra, Imigração e Colonização (Brasil)

BRASIL. *Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850*. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L0601-1850.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L0601-1850.htm). Acesso em: 04 jul. 2014.

DECRETO nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM1318.htm). Acesso em: 14 dez. 2015.

BRASIL. *Decreto nº 914-A, de 23 de outubro de 1890*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-914-a-23-outubro-1890-517812-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em: 05 jun. 2015.

PROVÍNCIA DO PARANÁ. Dados estatísticos e esclarecimentos para emigrantes. Publicado por ordem do Ministério dos Negócios da Agricultura, do Commercio e das Obras Publicas. Editora G. Leuzinger & Filhos, 1875.

### Mensagens Presidenciais (Argentina)

MENSAJE de los Presidentes de la República Argentina de 1879 a 1913. In: Biblioteca Digital Hispánica [Biblioteca Nacional De España]. Disponível em: <http://www.bne.es/es/Catalogos/BibliotecaDigitalHispanica/Inicio/index.html>.

### Mensagens Governamentais (Brasil)

MENSAGEM do Governadores do Estado do Paraná lida perante o Congresso Legislativo do Paraná de 1892 a 1930. In: *Arquivo Público do Paraná – Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=31>*.

### Relatórios Provinciais (Brasil)

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PARANÁ – Apresentados a Assembleia Legislativa de 1854 a 1888. In: *Arquivo Público do Paraná – Disponível em: <http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=44>*.

### Relatos de viajantes (Argentina)

AMBROSETTI, Juan B. Segundo viaje Misiones (por el Alto Paraná e Iguazú). Buenos Aires: Publicado en el Tomo XV *del Boletín del Instituto Geográfico Argentino*, 1894a.

AMBROSETTI, Juan B. *Tercer viaje a Misiones*. Buenos Aires: Editorial Albatroz, 2008. (A primeira publicação foi em 1895, pelo Boletín del Instituto Geográfico Argentino).

AMBROSETTI, Juan B. *Viaje á las Misiones Argentina y Brasileras por el Alto Uruguay* (Parte Descriptiva). La Plata: Talleres de Publicaciones del Museo, 1892.

AMBROSETTI, Juan B. Los indios Caingú del Alto Paraná (Misiones). *Boletín del Instituto Geográfico Argentino*. Tomo XV. Buenos Aires: Imprenta Roma. 1894b.

BASALDÚA, Florencio de. *Pasado – Presente – Porvenir del Territorio Nacional de Misiones*. La Plata: s/d, 1901.

BERNÁRDEZ, Manuel. *De Buenos Aires al Iguazú – Crónicas de un viaje periodístico á corrientes y misiones – con numerosos grabados, un panorama y un plano de las grandes cataratas*. Buenos Aires: Imprenta de «La Nación», Segunda edición, 1901.

BURMEISTER, Carlos. *Memoria sobre el Territorio de Misiones*. Ministerio de Agricultura de la República Argentina. Buenos Aires: Imprenta Litog. Y Encuadernación de J. Pruser, 1899.

HERNÁNDEZ, Rafael. *Cartas Misioneras: reseña histórica, científica y descriptiva de las misiones*

argentinas. Buenos Aires. Establecimiento Tipográfico de Luz del Alma, 1887.

LISTA, Ramón. *El Territorio de las Misiones*. Buenos Aires: Imprenta La Universidad de J.N. Klingelfuss, 1883.

MANZI, Francisco. *Impresiones de Viaje: breves apuntes sobre el Territorio de Misiones*. Corrientes: La Popular, 1910.

PEYRET, Alejo. *Cartas sobre Misiones*. Buenos: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1881.

PUSO, Santiago. *Viaje por mi tierra – Al Iguazú – A Nahuel Hauapí – Por las costas de Sur*. Casa Editorial MAUCCI: Barcelona, 1912.

### Relatos de viajantes (Brasil)

COELHO JUNIOR, Carlos Alberto Teixeira. *Pelas Selvas e Rios do Paraná*. Curitiba: Editora Guaíra Limitada, 1946.

FIGUEIREDO, José Lima. *Oeste Paranaense*. São Paulo – Rio de Janeiro – Recife: Campanhia Editora Nacional, 1937.

FRANCO, Arthur Martins. *Recordações de viagens ao Alto Paraná*. Curitiba: Imprensa da Universidade Federal do Paraná, 1973.

MARTINEZ, Cesar. *Sertões do Iguassú*. São Paulo: Editora Monteiro Lobato, 1925.

MURICY, José Cândido da Silva. *A' Foz do Iguassú – Ligeira descrição de uma viagem feita de Guarapuava à Colonia da Foz do Iguassú em novembro de 1892*. Imprensa Paranaense. Curitiba: Paraná, 1896.

NASCIMENTO, Domingos. *Pela Fronteira*. Curitiba: s/ed, 1903.

NOGUEIRA, Julio. *Do Rio ao Iguassú e ao Guayra*. Rio de Janeiro. Typ. Editora Carioca, 1920.

SILVEIRA NETTO, Manuel Azevedo da. *Do Guairá aos Saltos do Iguacu*. Curitiba: Fundação Cultural, 1995 [1920].

AVELLANEDA, Nicolás. *Estudios sobre las Leyes de Tierras Públicas*. 2. ed. Buenos Aires, Imprenta del Siglo, 1865.

GREGORY, Valdir. *Fronteiras e territórios: narrativas sobre os sertões do Paraná no início do século XX*. Tese (Pós-doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História – Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, p. 95. 2009.

MYSKIW, Antonio Marcos. *Relatos de Viajantes*. In: MOTTA, Márcia; GUIMARÃES, Elione. *Propriedades e disputas: fontes para a história do oitocentos*. Guarapuava: UNICENTRO, 2011; Niterói: EDUFF, 2011.

RAU, Víctor. La yerba mate en Misiones (Argentina). Estructura y significados de una producción localizada. *AGROALIMENTARIA*. n° 28. Enero-Junio, 2009 (pp. 49-58). Disponível em: <http://www.scielo.org.ve/pdf/a/v15n28/art06.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2015.

RIBEIRO, Maria de Fátima Bento. *Memórias do concreto: vozes na construção de Itaipu*. Cascavel: Edunioeste, 2002. (Coleção Thésis)

SILVA, Lígia Maria Osório; SECRETO, Maria Verônica. Terras públicas, ocupação privada: elementos para a história comparada da apropriação territorial na Argentina e no Brasil. *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 12, pp. 109-141, jun., 1999.

TURNER, Frederick Jackson. *The frontier in American History*. New York: Henry Holt and Company, 1920.

# Lugares de Memória



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**PPGSCF**

Programa de Pós-Graduação em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras

**Atena**  
Editora

Ano 2022

-  [www.arenaeditora.com.br](http://www.arenaeditora.com.br)
-  [contato@arenaeditora.com.br](mailto:contato@arenaeditora.com.br)
-  [@arenaeditora](https://www.instagram.com/arenaeditora)
-  [www.facebook.com/arenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/arenaeditora.com.br)



# Lugares de Memória



**unioeste**

Universidade Estadual do Oeste do Paraná



**PPGSCF**

Programa de Pós-Graduação em  
Sociedade, Cultura e Fronteiras

**Atena**  
Editora

Ano 2022

-  [www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)
-  [contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  [www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br)